

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Secretaria-Executiva

Assessoria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CCT

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, em Brasília, Distrito Federal, na Sala dos Conselhos (quinto andar) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Bloco E, Esplanada dos Ministérios, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT, com caráter não deliberativo, conduzida pelo Secretário Executivo do MCTI, Sr. Luis Manuel Rebelo Fernandes, e pela senhora Denise Aparecida Carvalho, Chefe da Assessoria do CCT, cuja pauta foi o debate da proposta do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. Ao Ato, participaram presencialmente os(as) seguintes conselheiros(as) e convidados(as): Alex Magalhães, Coordenador-Geral de Integração e Controle Técnico do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR; Alexandre Rebelo Ferreira, Diretor de Programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda; Caetano Christophe Rosado Penna, Diretor do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE; Carlos Augusto Gadelha, Secretária de CT&I e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde – MS; Fabrício Silveira, Assessor da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Henrique Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do MCTI; Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Assessora Especial da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI; Mônica Felts, Diretora do Departamento de CIT do Ministério da Saúde, Pedro Pontual, Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil; Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos, Diretor de Infraestrutura de Dados da Secretaria de Governo Digital do MGI; Rodrigo Souza Leite, Coordenador-Geral de Serviços, Informações e Conectividade do MS; Samuel A. Antero, Gerente de Projeto da Casa Civil; Pollyana Carvalho, Assessora da Casa Civil; Eliana Emediato, Diretora interina de CT&I Digital do MCTI; Hideraldo Luiz de Almeida, Conselheiro representante da entidade IBRACHICS; e Rosilda Prates, Conselheira representante dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia. Participaram remotamente os(as) seguintes conselheiros(as) e convidados(as): Ana Úngari Dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação Básica da Secretaria de Educação Básica do MEC; André Luiz Bandeira Molina, Secretário de Segurança da Informação e Cibernética do GSI; Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do MEC; Anna Flávia de Senna Franco, Secretária-Executiva Adjunta do MMA; Cibele Renee Coscione, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação do Instituto Eldorado; Felipe Corradi Carminati, Coordenador-Geral de Dados e Inteligência do MME; Fernando Colli, Secretário Executivo Adjunto do MME; Hugo Torres do Val, Secretário de Programas das Áreas Econômicas e Especiais da Secretaria Nacional de Planejamento do MPO; Lidianne Rocha de Oliveira Melo, Assessora do MMA; Maj. Brig. Eng. Luciano Valentim Rechiutl, Diretor do DECTI do Ministério da Defesa; Márcio Nahas Ribeiro, Subsecretário de Tecnologia e Inovação do MMA; Marcos Toscano Siebra Brito, Diretor do Departamento de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios do MDIC; Renata Mielli, Coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil/MCTI; Marcelo Martinez, MRE; Ricardo Kaminsky, MS; Tiago Bahia, MS; Rodrigo Rodrigues da Fonseca, Secretário Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil; Rodrigo Zerbone Loureiro, Diretor de Programa do MDIC; Tassiana Cunha Carvalho, Diretora de Programa da Secretaria Executiva do MEC; Adriana Marques, Ministério da Saúde; Ana Estela Haddad, Ministério da Saúde; André Rafael, SETAD/MCTI; Cleber Soares, MAPA; Cristiano Trein, MME; Kelli Mafort, Secretaria-Geral da Presidência da República; Laudemar Aguiar, MRE; Conselheiros(as) representantes das entidades: Dácio Matheus, ANDIFES; Emmanuel Tourinho, ANDIFES; Francisco do Ó Lima Júnior, Presidente da ABRUEM; Jailson Bittencourt de Andrade, Vice-Presidente da ABC; Jorge Audy, ABRUC; Andreia Valim, ABRUC; Júlio Xandro Heck, Vice-Presidente de Assuntos Acadêmicos do CONIF; Marcela Chami Gentil Flores, Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas

Inovadoras – ANPEI; Márcio de Araújo Pereira, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP; Odilon Máximo de Moraes, Vice-presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM; Odir Antonio Dellagostin, Presidente do CONFAP; Renato Janine Ribeiro, Presidente da SBPC; Sílvio Bulhões, Presidente do CONSECTI; José Fiates; e os Conselheiros(as) representantes dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Leone Peter Correia da Silva Andrade; Mercedes Maria da Cunha Bustamante; Carlos Nazareth Motta Marins; Leandro Rosa dos Santos; Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti; Josealdo Tonholo; André de Oliveira Cândia; Jorge Antônio Zepeda Bermudez. Abertura da Reunião: Denise Carvalho cumprimentou os presentes, ressaltando o objetivo da reunião, que era realizar uma primeira escuta do Conselho sobre o processo de elaboração da proposta do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), em atenção ao desafio lançado pelo presidente da República na reunião do Colegiado em 7 de março de 2024. Em seguida, passou a palavra ao Secretário Executivo Luís Fernandes. Exposição do Secretário Executivo: Luís Fernandes agradeceu a presença de todos e destacou a importância do tema inteligência artificial, que suscita interesse nas várias esferas do governo e da sociedade civil. Apresentou uma saudação da Ministra Luciana Santos e informou que a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi adiada, o que proporcionou mais tempo para elaboração da proposta do plano. O Secretário detalhou que o CCT fará uma série de oficinas, focadas em discutir o plano e envolvendo diversos públicos: instituições de tecnologia, setor empresarial, acadêmicos, e representantes governamentais. Tendo em vista que o CCT é órgão de aconselhamento do presidente da República, a opção foi pautar as reuniões do CCT com temas substantivos que pudessem ser discutidos com o presidente da República. Nesse contexto, a temática escolhida foi a da inteligência artificial como parte do compromisso do governo com inovações que beneficiem a sociedade. Pauta-Geral da Reunião: 1) Apresentação da proposta do PBIA: A reunião serviu como um espaço para escutar sugestões e propor um plano abrangente de Inteligência Artificial que atenda às necessidades da população brasileira e promova inovações em diferentes setores; 2) Importância da Inteligência Artificial: A discussão girou em torno da relevância da IA para enfrentar desafios nacionais, como mudanças climáticas, saúde pública, segurança alimentar e desenvolvimento econômico. A necessidade de integrar a IA nas políticas públicas, de forma a otimizar processos e decisões, foi uma constante nas falas dos conselheiros; 3) Capacitação e Infraestrutura: Destacou-se a importância de formar profissionais qualificados para manusear IA, além de criar infraestrutura adequada para suportar as novas tecnologias. A capacitação em IA deve ser incentivada em todos os níveis educativos, desde a educação básica até formas avançadas; 4) Integração entre Setores: A colaboração entre governo, academia, e indústria foi enfatizada como fundamental para o sucesso do plano. A criação de um ambiente propício para inovação e desenvolvimento tecnológico foi considerada crucial; 5) Soberania e Regulação: A necessidade de garantir soberania tecnológica e desenvolver um marco regulatório que aborde os riscos associados ao uso da IA foi um ponto abordado, incluindo a segurança de dados e a ética no uso de tecnologias; e 6) Contribuição de Instituições: Vários representantes de instituições compartilharam experiências e melhores práticas, mencionando projetos existentes que utilizam IA para melhorar a eficiência em suas áreas de atuação. Debates e contribuições. A reunião registrou a participação maciça de conselheiros e convidados, representando diversos setores do governo, academia e iniciativa privada, que compartilharam suas experiências e perspectivas sobre o uso da IA no Brasil. Diversas sugestões e preocupações foram levantadas, incluindo a importância de uma infraestrutura de dados sólida, regulação, governança e capacitação de recursos humanos. Diversos conselheiros expressaram suas opiniões sobre o plano. O Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE mobilizou instrumentos de inteligência artificial para ajudar na própria elaboração do plano. Realizaram-se seis oficinas com públicos distintos que lidam com a temática de inteligência artificial: instituições de tecnologias de informação públicas, em particular do governo; setor empresarial; acadêmicos, especialistas e instituições de ciência e tecnologia; uma representação da área governamental, que lida com a temática de inteligência artificial; um grupo que vem acompanhando a discussão sobre regulação e governança de inteligência artificial; e essa reunião com os participantes do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Haverá mais duas reuniões, uma reunião já para a etapa mais final de elaboração, com a primeira minuta, a ser apresentada ao presidente e, por fim, a de deliberação propriamente dita. Destaques das falas incluem: Apresentação de Caetano Penna (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE): Caetano enfatizou a estrutura das oficinas já realizadas e mencionou a coleta de insumos de 228 participantes. Ele apresentou a importância da IA na resolução de desafios nacionais e a necessidade de ações concretas com impacto social. Dentro da metodologia adotada, o

CGEE focou em questões específicas para reflexão e debate: “Quais projetos de inteligência artificial desenvolvidos por sua instituição demonstram potencial significativo para impacto social positivo?”; “De que forma sua instituição pode colaborar mais efetivamente com o setor público e a indústria para acelerar a aplicação prática de inovações em IA?”; “Quais são as capacidades técnicas e infraestruturais que precisam ser desenvolvidas para apoiar uma implementação mais ampla da IA em diversos setores?”. Assim, as questões estão focadas na aplicação e nas necessidades. É um plano de ação que define ações concretas a serem iniciadas no curtíssimo, no curto e no médio prazo, 180 dias, 360 dias, 720 dias, e dois anos. Debates: Rosilda Prates, conselheira representante dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Importância de abordar a regulação e o desenvolvimento tecnológico. Foco na necessidade da indústria em promover inovação e investimento em P&D. Estendendo à preocupação com relação à segurança das informações, os impactos do uso da inteligência artificial tanto para a área da saúde quanto para os outros setores, mas o desenvolvimento tecnológico tem que ter a sua capacidade do setor, da indústria nacional, de promover investimentos em inovação em P&D para o uso da inteligência artificial. Josealdo Tonholo, conselheiro representante dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Necessidade de separar o plano de ação da regulação, enfatizando que as universidades têm que ser protagonistas na inovação. O foco desse trabalho não está na questão da regulação e sim no plano de aplicação, até porque, ele deve envolver todo o direcionamento dos recursos do FNDCT, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de fundos regionais, dos próprios programas do BNDES, dentre outros aportes. Carlos Augusto Graboys Gadelha (Ministério da Saúde): Importância dos dados e inteligências preditivas na saúde, além da necessidade de produção local frente à dependência externa. A partir das necessidades sociais é que se deve chegar à tecnologia. Cinco ações fundamentais de inteligência de dados, interoperabilidade, por exemplo, prontuário falado, cuidado clínico, inteligência epidemiológica, que é para você chegar antes da doença, você fazer previsões epidemiológicas a partir de dados, porque o SUS tem uma grande massa de dados, eles podem ser trabalhados inteligentemente para você fazer previsões e chegar antes de as doenças se instalarem. A IA é o novo coração do complexo econômico e digital da saúde, não se faz mais vacina, medicamento, assistência à saúde, diagnóstico, prevenção no século XXI, não se fará mais, e hoje já é verdade, sem utilizar grande base de dados e de inteligência artificial. Sr. Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto (Embaixador – Ministério das Relações Exteriores): Importância de estratégias que promovam a colaboração com países desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente na América Latina e África, para compartilhar conhecimento e tecnologias em IA. Sr. Leandro Rosa dos Santos, conselheiro representante dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Necessidade de investimentos em supercomputadores, desenvolvimento de chips e capacitação profissional em IA. A educação em IA desde a educação básica até à formação superior foi enfatizada como crucial para aumentar a produtividade e inovação. Sr. Sílvio Bulhões, conselheiro representante do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação – CONSECTI: É importante ressaltar a necessidade de ações legislativas que equilibrem o avanço tecnológico com a proteção dos direitos da população, particularmente no que se refere à inteligência artificial. Adicionalmente, o alinhamento do plano nacional de inteligência artificial com as legislações em trâmite no Congresso pode fornecer um quadro coeso que orientará todos os envolvidos na implementação dessa tecnologia. A proposta de utilizar o plano como um norteador é extremamente pertinente e pode ajudar a evitar legislações que não estejam em sintonia com as melhores práticas e princípios de desenvolvimento tecnológico. Sr. André Luiz Bandeira Molina (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI): Assunto relevante diz respeito à temática da Segurança da Informação. Ressalta-se a relevância de considerar a segurança cibernética e os riscos associados à IA, propondo a adoção de princípios como "Privacy by Design" e "Secure by Design". Sr. Carlos Nazareth Motta Marins, conselheiro representante dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Ressaltou o papel da inteligência artificial (IA) no desenvolvimento tecnológico brasileiro, especialmente nas áreas de telecomunicações e eletroeletrônicos. É evidente que, com a crescente demanda por soluções inovadoras e competitivas, a incorporação de IA se torne cada vez mais vital. Além disso, enfatizou a importância de soluções adaptadas às necessidades brasileiras para alinhar o desenvolvimento tecnológico com as realidades do mercado nacional, enquanto há a perspectiva de exportação de soluções, em que reforça o potencial do Brasil no cenário internacional. Cleber Oliveira Soares (Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA): Fez uma exposição sobre o potencial da Inteligência Artificial (IA) no agronegócio brasileiro, destacando sua aplicação em todas as etapas da cadeia produtiva, desde a produção até o processamento e comércio. Ademais, enfatizou que a IA é crucial para resolver

os grandes desafios nos sistemas biológicos associados à agricultura, pecuária e outros cultivos, como a piscicultura. Citou a plataforma "Observatório da Agropecuária Brasileira", que utiliza ferramentas de IA para a tomada de decisões relacionadas à safra, monitoramento climático e gestão de riscos. Sr. Luciano Valentim Rechiuti (Major – Ministério da Defesa): A sua exposição destacou a importância da participação do Ministério da Defesa na elaboração do plano de inteligência artificial e a relevância das contribuições que poderão ser oferecidas, especialmente em relação ao uso de IA tanto em contextos militares quanto civis. Mencionou, ainda, que há projetos em andamento nas três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) que podem contribuir significativamente para o plano, como o projeto de tratamento de anomalias cibernéticas (TRAC). Sr. Francisco do O' de Lima Júnior, conselheiro representante da Associação dos Reitores das Universidades Estaduais – ABRUEM: Ressaltou ser fundamental que essas diretrizes considerem a diversidade regional e busquem reduzir as assimetrias, como mencionado. A inclusão e a equidade são preocupações centrais que devem estar presentes em qualquer plano nacional. Sr. Leone Peter Andrade, conselheiro representante dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Mencionou sobre a aplicação da inteligência artificial (IA) na indústria e seu potencial impacto social positivo. A implementação de soluções de IA em operações de mineração, monitoramento de ambiente e otimização de processos jurídicos, como ocorreu com a PGE, exemplifica como a tecnologia pode não apenas aumentar a eficiência, mas também garantir a segurança e agilidade em serviços essenciais. Esses exemplos claros de sucesso ajudam a ilustrar o valor tangível da IA na sociedade. Sr. Fabrício Silveira (Convidado da Confederação Nacional da Indústria - CNI): Trouxe uma série de pontos importantes sobre a aplicação de Inteligência Artificial (IA) na educação e na indústria, destacando a atuação do Sesi e do Senai em projetos de inovação e tecnologia. Mencionou, ainda, a experiência do Sesi com escolas, em que a IA foi utilizada para criar trilhas de aprendizado adaptativas que melhoraram o desempenho dos alunos, além de ações de qualificação técnica no Senai, em parceria com grandes empresas de tecnologia. Silveira também abordou a oportunidade do Brasil em relação à sua matriz energética, composta em mais de 84% por fontes renováveis, e como isso pode ser um atrativo para grandes data centers internacionais, que estão buscando fontes de energia limpa para suas operações. Adicionalmente, ressaltou a importância de integrar os diversos planos de ação relacionados à indústria, como o plano Brasil mais produtivo, para garantir um avanço na produtividade industrial com foco na inovação e na transformação digital, reiterando que a IA é um pilar fundamental nessa transformação. As contribuições de Fabrício Silveira destacam a interconexão entre educação, qualificação de mão de obra e inovação setorial, com um olhar estratégico para a posição do Brasil em um mercado global cada vez mais orientado pela sustentabilidade e tecnologia. Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, conselheiro representante da Academia Brasileira de Ciências – ABC: Destaca ser fundamental que a ciência, a tecnologia e a sociedade dialoguem de forma sinérgica para que se possa aproveitar o potencial da IA de maneira ética e responsável. Ademais, a troca de experiências e a colaboração entre academias, instituições de pesquisa e o setor privado são essenciais para o desenvolvimento de soluções inovadoras que atendam às necessidades do Brasil. Atente-se ao fato de possíveis riscos e desafios que a aplicação da IA pode trazer, como questões de privacidade, segurança e ética. É importante que esses aspectos sejam discutidos e monitorados constantemente, garantindo que o avanço tecnológico não comprometa direitos fundamentais. Sr. Hideraldo Almeida, conselheiro representante do Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis – IBRACHICS: Abordou questões cruciais sobre o papel das cidades na implementação de políticas de inteligência artificial (IA) e a importância da soberania dos dados. Dentre os pontos principais, destacam-se: sugestões para amplificar suas preocupações e propostas: Soberania dos Dados, no que compete como os dados públicos são coletados, armazenados e usados; Inclusão das Cidades Pequenas: essas localidades não possuem capacidade financeira para adquirir tecnologias inovadoras. Sugere-se, portanto, a criação de consórcios entre municípios ou parcerias com instituições acadêmicas e startups, que poderiam ajudar a compartilhar soluções e diminuir custos; Monitoramento e Avaliação: O desenvolvimento de métricas para avaliar o impacto das políticas de IA nas cidades é crucial. Isso não apenas ajudaria a entender se as soluções estão funcionando, mas também a ajustar abordagens para garantir que todas as comunidades se beneficiem. Sra. Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Assessora Especial da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI: Apresentou uma reflexão sobre a infraestrutura pública digital e seu papel essencial no desenvolvimento da inteligência artificial e na transformação digital no Brasil. Ademais, a organização e gestão dos dados são fundamentais para garantir que as iniciativas de IA sejam eficazes e sustentáveis. É

importante também contemplar os riscos associados à IA e à transformação digital, e estabelecer diretrizes que garantam o uso ético e responsável desses recursos. O diálogo e a colaboração entre os diferentes setores governamentais e a sociedade civil serão essenciais para criar um ambiente propício para a inovação, que beneficie a todos com equidade. Sra. Ana Flávia Sena (Secretária Executiva Adjunta – MMA): Trouxe à tona questões importantes sobre a aplicação da inteligência artificial (IA) no enfrentamento de desafios ambientais, destacando a urgência desse tema para o Brasil e o mundo. Sua mensagem pode ser resumida em alguns pontos-chave: aplicação da Inteligência Artificial em mudanças climáticas; integração de dados; combate ao desmatamento; regulação e segurança. Por fim, expressou o comprometimento do Ministério do Meio Ambiente em colaborar na construção do plano de inteligência artificial, reforçando a importância do plano como uma ferramenta para integrar esforços no enfrentamento de desafios ambientais complexos. Sra. Andréia Valim, conselheira representante da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior – Abruc: Destacou a relevância de integrar a inteligência artificial no desenvolvimento regional, especialmente nas comunidades mais afetadas, como a sua. É essencial que o planejamento e as ações em inteligência artificial considerem não apenas as grandes metrópoles, mas também as realidades do interior do país, onde as universidades comunitárias desempenham um papel vital. Sr. Odir Dellagostin, conselheiro representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP: Refletiu sobre a importância da cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação. A troca de experiências e conhecimentos com países que já estão à frente em determinadas áreas, com a inteligência artificial e a gestão de crises climáticas, é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da pesquisa e das soluções que podemos implementar no Brasil. A comparação entre os supercomputadores, o Santos Dumont e o Leonardo, ilustra bem a necessidade de investir em infraestrutura tecnológica. A capacidade do Leonardo, que está entre os maiores do mundo, oferece um exemplo claro de como o Brasil pode se beneficiar de parcerias e do aprendizado com práticas de ponta. Nesse contexto, aprender com as estratégias adotadas em contextos semelhantes pode ajudar o Brasil a desenvolver políticas mais eficazes. A ideia de observar e adaptar boas práticas, em vez de tentar reinventar a roda, é uma abordagem sensata que pode não apenas acelerar o progresso, mas também garantir que estejamos utilizando o que há de melhor em termos de conhecimento e tecnologia. Uma colaboração contínua e ativa com instituições internacionais será crucial para o avanço da IA no país. Sr. José Fiates, conselheiro representante dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Abordou a importância da sinergia entre programas e ações que promovam um desenvolvimento integrado, em que destacou quatro temas principais: Integração de Políticas Públicas; Formação de Pessoas; Infraestrutura e Investimento Tecnológico; Políticas de Mercado e Missões Nacionais. Por fim, reforçou a importância da colaboração e da busca por sinergia nas ações propostas, visando um futuro mais integrado e inovador para o Brasil. Mercedes Bustamante, conselheira representante dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Necessidade de uma visão estruturada que considere o que já existe no país em termos de IA e o potencial para aplicá-la em questões ambientais. Salienta que a IA já desempenha um papel significativo no monitoramento de desmatamento e na previsão climática no Brasil. Nesse contexto, essa tecnologia tem o potencial de aprimorar a capacidade de resposta a desastres e melhorar a gestão da biodiversidade. No entanto, é essencial compreender que a IA, por si só, não resolve os problemas estruturais a enfrentar. Existe uma necessidade de intervenção em diversas áreas de políticas públicas para efetivamente aplicar e aproveitar as informações geradas por esses sistemas. A informação coletada e analisada com o auxílio da IA deve ser utilizada como um primeiro passo em um processo mais amplo, que requer ações concretas para ser eficaz. Portanto, garantir que o plano de inteligência artificial inclua um mapeamento claro das capacidades existentes no Brasil e como estas podem ser utilizadas para resolver problemas específicos é crucial. Por fim, é essencial reconhecer o papel de liderança que o Brasil já possui em várias áreas relacionadas à análise e monitoramento ambiental. Isso deve ser valorizado e potencializado, servindo de base para políticas públicas que utilizem a IA como uma aliada na proteção e preservação dos ecossistemas. Henrique Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital – SETAD/MCTI: Avanços em cursos de formação sobre IA e a necessidade de o governo se integrar nas iniciativas do setor privado. Hugo Duval (Ministério do Planejamento): Importância do monitoramento e avaliação das políticas públicas usando IA e integração entre os dados do governo. Rodrigo Leite (Ministério da Saúde): Destacou várias iniciativas voltadas para fortalecer a produção e inovação no setor de saúde brasileiro. Ele mencionou o lançamento da Estratégia Nacional para o Complexo Econômico

Industrial da Saúde, que visa aumentar a oferta de soluções de saúde no Brasil e reduzir a dependência de importações. Uma das principais ações citadas é a criação de uma matriz de desafios produtivos e tecnológicos, que apresenta não apenas os desafios enfrentados pelo setor, mas também possíveis soluções, como plataformas e produtos. Além disso, o Programa de Desenvolvimento e Inovação Local será lançado para incentivar iniciativas nacionais, buscando transformar ideias promissoras em inovações que atendam às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Rodrigo enfatizou a importância da colaboração com o setor produtivo, convidando as empresas a estudarem a matriz de desafios e a contribuírem com soluções criativas que possam beneficiar o SUS. Essas iniciativas visam não só a melhoria da saúde pública, mas também o fortalecimento da indústria nacional de saúde, promovendo a inovação e a produção local, contribuindo assim para a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro. Sr. Pedro Helena Pontual Machado (Secretário Executivo Adjunto – Casa Civil): Ressaltou a responsabilidade de garantir que a IA seja utilizada de forma justa e segura, compromisso que todos nós devemos assumir. É vital que trabalhemos juntos para estabelecer estruturas adequadas que não só permitam o avanço da tecnologia, mas que também assegurem a proteção dos direitos dos indivíduos e a mitigação dos riscos associados. Ademais, o envolvimento de várias entidades do governo é essencial nesse processo. A interconexão entre diferentes secretarias e áreas do governo permite uma abordagem mais coesa e integrada para lidar com os desafios e oportunidades que a IA oferece. Por fim, o desafio que estamos enfrentando realmente é imenso, especialmente considerando a evolução rápida e intensiva da Inteligência Artificial e seu impacto na sociedade. Considerações Finais: A reunião finalizou com um reconhecimento da importância do trabalho conjunto e da urgência na implementação das diretrizes discutidas, reafirmando o compromisso do Conselho em elaborar um plano robusto que atenda às demandas do país. Os participantes foram convocados a enviar suas sugestões e contribuições até uma data estipulada, reforçando o caráter colaborativo do projeto. Discussões em torno da aplicação de IA nos setores de saúde, meio ambiente e agrícola foram destaque, assim como a necessidade de um plano robusto que envolva ações imediatas e estruturantes. Os participantes enfatizaram a relevância da integração e da cooperação entre diferentes ministérios e setores, além de reforçarem a necessidade de um marco legal que assegure a soberania tecnológica do Brasil. Quanto a esse aspecto, esclareceu-se que o intuito do plano não é o de tratar da regulação da IA no Brasil, por ser papel dos debates que estão sendo conduzidos no Congresso Nacional. Assim, caberá ao Plano ações imediatas, mediatas e estruturantes para fins de aplicação da IA em ações para diversos setores. Após uma série de intervenções, foi proposto um prazo até o dia 28 de maio para o envio de contribuições por escrito, conforme o Conselho avança na formulação desse plano essencial para o futuro do país, com o objetivo de apresentá-lo na próxima Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Luís Fernandes e Denise Carvalho agradeceram a todos pela participação e pelas contribuições valiosas, destacando a responsabilidade do Conselho em elaborar um plano que atenda às necessidades do povo brasileiro. A reunião foi encerrada com um reconhecimento da importância do trabalho colaborativo e da responsabilidade de cada conselheiro na construção de um ambiente mais inovador e sustentável. Por fim, acordou-se foco total em se trabalhar na consolidação do plano, visando sua apresentação na Conferência Nacional prevista para julho/agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Aparecida Carvalho, Chefe da Assessoria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia**, em 13/03/2025, às 17:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12681555** e o código CRC **9A8A92CB**.